

Elites atlânticas: Ribeira Grande do Cabo Verde (séculos XVI-XVIII)

Iva Cabral

Introdução

Esta intervenção tem como propósito retratar as elites que dirigiram os destinos da primeira capital das ilhas de Cabo Verde – Ribeira Grande – durante os séculos XVI, XVII e XVIII e que, conseqüentemente foram também as que dominaram o poder local na ilha de Santiago e em todo o arquipélago.

A Ribeira Grande, pequena urbe, entalada entre montanhas, teve um papel primordial na História de Cabo Verde: foi o porto onde desembarcaram os primeiros colonos europeus e as primeiras levas de escravos. Foi aí que se iniciaram as interpenetrações étnico-culturais das quais viria a emergir, mais tarde, o homem cabo-verdiano.

Foi nessa ribeira que todo esse processo se iniciou. Aí se edificou a primeira capital do arquipélago onde se instalou a elite que importou os escravos para desbravar e povoar as ilhas de Santiago e Fogo. Do seu porto partiram os primeiros escravos para o Novo Mundo. Nas suas casas, térreas ou de sobrado nasceram e viveram os primeiros “filhos da Terra”.

Nas suas ruas estreitas os habitantes de Santiago andaram, fizeram procissões, festejaram e muitas vezes se “levantaram” contra os desmandos da administração colonial.

Na Sé, nunca definitivamente acabada, os primeiros padres cabo-verdianos dominaram o cabido. Nesse pedaço de terra, também, pregaram e ensinaram a doutrina católica e outras matérias aos filhos da elite e aos escravos, os jesuítas e os capuchinhos.

No seu pelourinho, símbolo do poder local que ainda se mantêm de pé, foram acorrentados e açoitados os escravos rebeldes.

Finalmente foi nesse pequeno vale que nasce, exerce o poder, cria forças e se transforma em oligarquia a “nobreza da terra” que teve na cidade da Ribeira Grande a sede de seu poder social e económico durante séculos.

Na ilha de Santiago nos séculos XVI, XVII e XVIII o poder local foi ocupado, sucessivamente, por três elites diferentes na sua composição social, económica e racial.

*
* *

1. Os armadores de Santiago

A primeira elite (finais do século XV e século XVI)¹ – reinol, nobre, urbana, cosmopolita, armadora, proprietária rural – era uma ramificação da elite reinol, que se aventurara e se instalara no arquipélago recém-descoberto para comerciar em segurança com o continente fronteiro,

¹ Santos, Maria Emília Madeira e Cabral Iva, "O nascer de uma sociedade através do morador-armador", in *História Geral de Cabo Verde*, vol. I (coord. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos), vol. I, Edição conjunta de Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical e da Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, Lisboa, 1991.

aproveitando, plenamente, dos privilégios comerciais e fiscais que D. Afonso doa, em 1466², aos vizinhos de Santiago.

Foi essa elite que construiu a Ribeira Grande, primeira cidade lusa dos trópicos, e que converteu a ilha de Santiago no depósito de escravos mais procurado pelos navios negreiros no século XVI e início do século XVII e numa das escalas obrigatórias para quem se dirigisse em direcção ao Atlântico Sul.³

Nos primeiros anos do povoamento de Santiago todos os seus habitantes eram estrangeiros a terra recém descoberta, eles vieram da Europa e da África e criaram uma sociedade composta por dois estratos: o dos brancos/europeus e dos negros/africanos.

Na estrutura social que se forma predominavam duas camadas: a elite/reinol (armadores, mercadores, oficiais régios) e os escravos.⁴ Isto porque a camada intermédia encontra-se, ainda, mal estruturada e, por isso, não detêm um papel determinante na sociedade: os homens livres pretos são poucos e os homens brancos pobres ou fazem parte da clientela dos armadores ou integram a população flutuante: artesãos, marinheiros e pequenos comerciantes que aportam à cidade da Ribeira Grande e aí residem pouco tempo.⁵

A sociedade é escravocrata e as suas principais camadas sociais são produtos do tráfico negreiro (os armadores e os escravos).

² 12 de Junho de 1466, IAN/TT, Chancelaria D. Afonso, L. 14, fl. 104, in: *História Geral de Cabo Verde - Corpo Documental*, vol. I, Doc. 4, Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção-geral do Património Cultural de Cabo Verde, Lisboa, 1988, pp. 19-22

³ Torrão, Maria Manuel, "Actividade comercial externa de Cabo Verde: Organização, funcionamento, evolução", in: *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, Ob já cit.

⁴ Não me refiro aos mestiços porque ainda são pouco perceptíveis na documentação.

⁵ Baleno, Ilídio, "Povoamento e formação da sociedade", in: *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, Ob já cit.

A economia mercantil da ilha Santiago depende totalmente da importação e exportação da mercadoria preciosa, que era o escravo e a produção interna da única mão-de-obra existente na época, a cativa.⁶

Além de mercadoria de exportação, os escravos foram, também, os principais povoadores do arquipélago, já que a necessidade de produzir mercadorias para o trato na costa da Guiné⁷ (essencialmente o algodão) obrigou a elite armadora a olhar com interesse para o interior da ilha de Santiago e para a ilha vizinha do Fogo e, por conseguinte, a importarem a mão-de-obra necessária para o preenchimento rural do *hinterland*.

A primeira elite de Santiago (armadores/proprietários rurais) manteve uma relação frutífera com os mercadores reinois/arrendatários dos direitos reais⁸ no arquipélago, que eram por eles vistos como parceiros e estimuladores dos negócios. Isto porque a multiplicação de navios armados na ilha para a costa da Guiné trazia lucros substanciais para esses rendeiros já que o maior embolso obtido com a cobrança de impostos advinha dessa actividade. Aos rendeiros também convinha o aumento da produção agrária já que através dela era possível não só armar mais, mas também cobrar mais dízimos da terra.⁹

Apesar de não ter grande interesse em servir na Câmara, a primeira elite da Ribeira Grande sempre controlou o poder local: ocupando os seus

⁶ Silva, António Correia e, "A sociedade agrária. Gentes das águas: senhores, escravos e forros, in: *História Geral de Cabo Verde*. (coord. Maria Emília Madeira Santos), Vol. II, Edição conjunta de Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical e do Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, Lisboa, 1995.

⁷ Esta necessidade foi imposta pela carta de restrição aos privilégios que obrigou os armadores a armarem navios apenas com mercadorias "nadas e criadas" na ilha de Santiago. 8 de Fevereiro de 1472, IAN/TT, *Livro das Ilhas*, fls. 2v.º-4., in: *História Geral de Cabo Verde - Corpo Documental*, vol. I, doc. 8, Ob já cit, pp. 31-33

⁸ Comerciantes reinois que arrendavam os quartos e as vintenas de todas as mercadorias importadas pelos moradores da costa africana, como também a cobrança dos dízimos da terra.

⁹ O mesmo não se pode dizer das relações que essa elite mantém com os arrendatários dos tratos e resgates de Guiné. Exemplo dessas relações conturbadas são as queixas que Fernão Fomes que arrenda esse trato em 1468 faz dos moradores de Santiago ao Rei. 8 de Fevereiro de 1472, IAN/TT, *Livro das Ilhas*, fls. 2v.º-4., in: *História Geral de Cabo Verde - Corpo Documental*, vol. I, doc. 8, Ob já cit, pp. 31-33

membros os cargos concelhios ou, o que era mais frequente, fazendo eleger nesses cargos seus apaniguados.

Mas, o que permitia aos homens poderosos do século XVI deter o verdadeiro poder era a comunicação privilegiada que mantinham com o Reino através de seus familiares muitas vezes bem colocados na Corte. Essa comunicação directa com o poder central permitiu-lhes, muitas vezes, passar por cima dos próprios funcionários régios e dirigir-se directamente ao Rei.

O corregedor Pêro Guimarães queixa-se assim ao rei por ter sido chamado de volta para o Reino por causa de queixas feitas contra ele pelos homens poderosos de Santiago:

“...fui eu daqui emprazado a vossa corte por ditos de testemunhas falsas e pessoas /.../ que contra mim testemunharam /.../ perante vosso corregedor da corte por cujo respeito me mandar ir [e] andei e acerca de um ano me mostrei inocente e livre por vossa sentença em que gastei muita parte de minha fazenda ...”.

Para que os corregedores possam exercer o poder que lhes foi delegado, Pêro Guimarães aconselha que o rei: “... por si se informasse deles (corregedores) e sem ouvir contra eles outra pessoa os castigasse” já que “nesta ilha há pessoas que dizem que se o corregedor que Vossa Alteza a ela mandar não for de suas vontades que com mui boas testemunhas falsas os farão sair mais que a passo ...”¹⁰

A capacidade que a primeira elite patenteava em influenciar as decisões, tomadas em Lisboa, relativas a seus negócios e a sociedade que dominava se baseava na sua pertença a nobreza reinol.

Podemos dizer que a primeira elite deteve o poder económico e político no arquipélago e na costa da Guiné durante todo o período em que dominou a sociedade santiaguense, tendo assim desempenhado um papel fundamental na instauração do império colonial português no Atlântico.

¹⁰ IAN/TT, CC, I-36-93, de 6 de Maio de 1517.

O exemplo mais acabado dessa elite é Fernão de Melo Jusarte¹¹, fidalgo da casa do real, membro de uma família da alta nobreza portuguesa que segundo os genealogistas era de origem inglesa tinha se passado por Castela antes de se estabelecer em Portugal por volta de 1476.¹²

Seu avô paterno João Jusarte serviu de alcaide-mor de Monforte no reinado de D. Afonso V. O avô materno¹³, seu homónimo, foi alcaide-mor e depois Senhor de Arroios. Seu pai Pêro Jusarte ocupou o mesmo cargo em Évora.

Sua mulher é Dona Brígida de Gouveia (conhecida por Brígida do Cabo Verde, ou Briolanja dama de Cabo Verde)¹⁴, grande proprietária rural e, também, armadora. A filha desta última, Guiomar Gonçalves era casada com António Vaz, escudeiro do rei, grande armador de Santiago, que serviu de juiz ordinário na Câmara da Ribeira Grande, posto que utilizou para defender os membros da família e seus negócios.¹⁵

Este membro da nobreza portuguesa em 1513, já se encontra em Cabo Verde.¹⁶ Como vizinho da ilha de Santiago, torna-se armador, comerciante de escravos e grande proprietário rural¹⁷, transformando-se num dos homens mais ricos e poderosos do arquipélago.

¹¹ Na documentação relativa a Cabo Verde ele é conhecido apenas como Fernão de Melo

¹² Esta é a opinião de Genevieve Bouchon e Luís Filipe Thomaz, de cujo estudo “Excursus. Recherches sur l’identité des personnages” estamos retirando os dados sobre essa família. In: *Voyage dans les deltas du Gange et L’Irraouaddy* (présenté et édité par Genevieve Bouchon e Luís Filipe Thomaz), Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1988, pp. 395-403

¹³ Pai de D. Maria de Castro, *Idem*

¹⁴ Gavetas da Torre do Tombo 5537.XX, 6-56

¹⁵ *Idem*

¹⁶ Nessa data ele recebe escravos da costa da Guiné. *História Geral de Cabo Verde - Corpo Documental*, vol. II, Instituto de Investigação Científica Tropical - Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, Lisboa, 1990, p. 103

¹⁷ Por volta de 1516 ele estava disposto a pagar 50.000 reis de dizimo de toda a sua fazenda. 14 de Novembro de 1520, IAN/TT, Chancelaria D. João III, L. 47, fl. 132, D. 3, in: *História Geral de Cabo Verde - Corpo Documental*, vol. I, Doc. 116, Instituto de Investigação Científica Tropical - Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, Lisboa, 1990, pp. 321-323,

Prova desse poder económico é a disponibilidade que ele e D. Brígida tiveram para servir de fiadores do comerciante português, Francisco Martins (o Moço), quando este arrenda 2/3 das rendas das ilhas:

“/.../ porquanto o dito Francisco Martins não tem dado fiança abastante para poder receber) as rendas e as avenças) e quando o dito Francisco Martins, o Moço, lá nessa ilha acabar y a mulher de Fernão de Mello (D. Brígida) que outorgue em uma fiança que cá fez o dito Fernão de Mello a Francisco Martins cavaleiro sobre esta renda e vos parecer que a fazenda do dito Fernão de Mello e da dita sua mulher vale tanto que pudesse pagar o que nessa renda se perdesse /.../ em tal caso o dito Francisco Martins, o Moço, possa arrecadar sua renda /.../”¹⁸

Fernão de Melo teve seis irmãos, mas apenas Estêvão Jusarte esteve em Cabo Verde. Este último também armou navios na ilha de Santiago mas durante muito pouco tempo, já que foi acusado de contrabandista e pirata. Os actos desse aventureiro tiveram o conluio de Fernão de Melo:

Em 1514, Estêvão Jusarte e Fernão de Melo viajam para o Congo num navio (pertencente ao este último) juntamente com um certo D. Gonçalo sobrinho do rei do Congo, D. Afonso. Os dois irmãos apresentam-se a esse príncipe como sendo familiares do rei de Portugal. Por causa desse embuste são recebidos na Corte de D. Afonso com todas as honras e é lhes confiadas prendas para D. Manuel que, claro, nunca chegaram ao destino. O rei congolês, apercebendo-se da impostura de que foi alvo queixou-se deles ao soberano português.

No ano de 1515, os irmãos Jusartes, ainda, se encontram, impunes em Cabo Verde. Estêvão Jusarte continua a cometer actos de pirataria nos mares das ilhas e da costa fronteira.¹⁹ Dois anos depois, após ter fugido para a Espanha ele é extraditado, julgado na cidade do Porto e condenado

¹⁸ 1515, *História Geral de Cabo Verde - Corpo Documental*, vol. II, p. 208, Ob já cit

¹⁹ Nesse ano ele saqueia 7 navios de Cristovão de Haro que tinha autorização de D. Manuel para comerciar na costa da Guiné. Bouchon, Genevieve e Thomaz, Luís Filipe, “Excursus. Recherches sur l'identité des personnages” in: Ob. já cit., pp. 395-403

á decapitação. O juiz que o julgou foi sequestrado e morto pelos irmãos Jusarte, que em seguida fugiram para Castela.²⁰

Em 1520, Fernão de Melo envia de Castela um navio com mercadorias para Santiago²¹ D. Brígida de Gouveia, sua mulher, falece a 8 de Novembro de 1543 na cidade da Ribeira Grande. Sua lápide ainda se encontra na igreja de Nossa Senhora do Rosário.²²

*
* *

2. Os “filhos da terra”

Com a mudança da conjuntura internacional (União Ibérica; concorrência cada vez mais fortes de outras potências europeias no tráfico; pirataria e corso nos mares que ligam Cabo Verde a costa africana)²³ e a concessão através de contratos comerciais do monopólio do trato na costa da Guiné a grandes mercadores reinóis e castelhanos (os chamados contratadores do trato de Cabo Verde e Guiné)²⁴, os armadores santiaguenses perdem na prática os privilégios que lhes foram outorgados por D. Afonso²⁵ e consequentemente as vantagens de investir no arquipélago e de serem vizinhos de Santiago.

Este novo contexto desvia os investimentos na armação e leva a não renovação da elite que sustentava esse tráfico, já que o estatuto de morador de Santiago já não proporciona a possibilidade de obtenção de chorudos lucros no comércio de mercadorias africanas (principalmente

²⁰ *Idem*

²¹ 18 de Maio de 1520, IAN/TT, CC-II-89-121, IAN/TT, CC-II-89-122.

²² Na actual Cidade Velha da ilha de Santiago

²³ Silva, António Correia e, “Cabo Verde e a geopolítica do atlântico”: in *História Geral de Cabo Verde* Vol. II, ob já cit.

²⁴ Desde 1560

de escravos) e por isso a residência nessa ilha longínqua já não é mais atractiva para os reinos.

A partir dos finais do século XVI e início do século XVII, nasce em Santiago uma outra elite que é ainda constituída por reinóis (poucos), mas principalmente pelos chamados “filhos da terra” (brancos e mulatos) que irrompem, nessa época, na História das ilhas.

Ela já não é uma extensão da nobreza portuguesa, visto que os membros desta última não se deslocam mais para essas ilhas longínquas e de “clima doentio”, negociando com a costa africana e com Cabo Verde através de seus feitores ou dos moradores de Santiago que nomeiam seus procuradores.

O padre jesuíta Baltazar Barreira descrevia assim, na segunda década do século XVII, os perigos e as consequências desse clima: “O clima destas partes hé qual a fama publica, tão doentio e cabo de vidas, que todos commumente receão vir viver nelle, e assi pera esta terra se degradão agora mal feitores, como pera o mais rigurosos degredo do mundo /.../”.²⁶

A segunda elite²⁷ não é nobre nem possui o poderio económico da anterior, mas continua ligada ao tráfico intercontinental. Seus membros servem de feitores, agentes e procuradores dos grandes mercadores/contratadores da Costa da Guiné e de Cabo Verde; dos comerciantes reinóis, castelhanos e das Índias de Castela²⁸; de reinos

²⁵ 12 de Junho de 1466, IAN/TT, Chancelaria D. Afonso, L. 14, fl. 104 in: *História Geral de Cabo Verde - Corpo Documental*, vol. I, Doc. 4

²⁶ 30 de Maio de 1627, Exposição do Padre Sebastião Gomes contra a fundação em Cabo Verde, In: António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, 2ª série, vol. V, Doc. 56, Lisboa, 1979, p. 182

²⁷ Cabral, Iva, "Ribeira Grande: Vida urbana, gente, mercância, estagnação", in: *História Geral de Cabo Verde*. (coord. Maria Emília Madeira Santos), Vol. II, Ob. já cit.

²⁸ Torrão, Maria Manuel, *Tráfico de Escravos entre a Costa da Guiné e a América Espanhola. Articulação dos Impérios Ultramarinos Ibéricos num Espaço Atlântico (1466-1595)*, 2 vols. –

que possuem interesses no continente africano, em Santiago e nas outras ilhas do arquipélago²⁹.

Esta elite continua a controlar as terras mais produtivas da ilha como proprietária rural e senhora de escravos.

No início do século XVII os “filhos da terra” (mulatos e pretos) começam a preencher os espaços sociais anteriormente ocupados pelos reinóis, que já não encontram atractivos suficientes para irem viver nesse longínquo arquipélago. Agora podemos encontra-los em todas as camadas sociais santiaguenses: na “nobreza da terra”, nos vários escalões da administração régia e local, na milícia, no campesinato nascente (forros) e em grande parte da camada escrava.

Esta elite, apesar de servir de intermediária nos negócios dos grandes mercadores, encontra nos contratadores da Guiné e das ilhas de Cabo Verde poderosos rivais no trato com o continente fronteiro. A escala na ilha não interessa a estes grandes comerciantes, já que, ao contrário dos rendeiros dos direitos reais (século XVI), não obtêm lucro algum com a passagem do tráfico pelo arquipélago, e é lhes mais vantajoso e seguro transportar as mercadorias da costa africana directamente para o “Novo Mundo”.

Os novos homens poderosos de Santiago também se comunicavam com o poder central através da Câmara, mas não tinham (como os armadores) contactos privilegiados na Corte, não possuíam familiares poderosos em Lisboa e principalmente já não eram uma ramificação da elite reinol no arquipélago.

Provas de acesso a categoria de Investigador Auxiliar, Lisboa, 2000, 808 pp. (em preparação para publicação)

²⁹ Torrão, Maria Manuel, “Rotas comerciais, agentes económicos, meio de pagamento” *História Geral de Cabo Verde*. (coord. Maria Emília Madeira Santos), Vol. II, Ob. já cit.

Apesar de não possuir o poder económico da elite anterior, esta “nobreza da terra” ainda domina a economia de Santiago. Seus membros, não podendo armar para os Rios de Guiné por causa da concorrência estrangeira e dos contratadores do trato; da falta de capital novo e da pirataria, continuam a utilizar esse espaço para comerciar mas, principalmente, como o território onde a prestação de serviços à Coroa nos cargos administrativos e militares permite uma rápida ascensão na carreira e abre as portas para o recebimento de mercês reais, principalmente à nobilitação com hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo, que torna-se a partir dessa época sinónimo da chegada ao patamar cimeiro das sociedades ultramarinas.³⁰

As relações da elite de Santiago com a elite reinol e com o poder central modificam-se drasticamente. Isto porque composta por filhos “ilegítimos” da elite anterior, esta elite era na sua maioria autóctone (mulata ou negra) e por isso vista como diferente e sobretudo inferior.

As suas relações com o Reino são mercantis, e fazem-se através de cartas de procuração, de contratos comerciais, de letras de câmbio etc...

Mas, tal como a primeira, esta elite é urbana e cosmopolita, ocupa o segundo escalão dos ofícios da administração régia, é escravocrata, proprietária ou administradora das melhores terras e controla o poder local através da Câmara e da milícia (ordenanças) que se organizou em Cabo Verde a partir de 1570.³¹

³⁰ Nas sociedades coloniais o símbolo mais frequentemente obtido por mercê do Rei era o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo que conferia ao portador uma certidão de nobreza à escala do seu pequeno universo. Ver: Jorge Miguel Pedreira “Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII”, *História Social das Elites, Revista Análise Social*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa., vol. XXVII, nº 116-117, Lisboa, 1992

³¹ O passo definitivo na organização da Milícia local ou ordenanças foi dado com o Regimento dos Capitães-mores de 10 de Dezembro de 1570. “Regimento dos capitães-mores e mais oficiais das companhias de gente de cavalo e de pé, e da ordem que devem ter em se exercitarem” ou “Regimento das companhias de ordenanças (Ordenanças Sebásticas)”. In: Selvagem, Carlos *Portugal Militar*, Lisboa, 1931, pp. 323-326 e 383-388.

Garcia Contreiras pode ser dado como exemplo dos europeus que fizeram parte dessa elite. Ele é castelhano, natural de Badajoz, serviu no início do século XVII como vereador e juiz ordinário da Câmara da cidade da Ribeira Grande³², foi capitão de infantaria e irmão da Santa Casa da Misericórdia.

Juntamente com outros reinois e filhos da terra, ele foi um dos patriarcas que, através de uma política de uniões matrimoniais, construíram a oligarquia santiaguenses que viria a dominar o poder local durante o século XVII e XVIII.

Este reinol casa-se com a viúva³³ D. Catarina Monteiro de Queiroz, vizinha de Santiago, grande proprietária rural e instituidora do vínculo de “Boa Ventura”³⁴.

A filha desta família da elite santiaguense, Francisca de Queiroz, une-se em matrimónio com o mulato André Alvares de Almada que, também, pertence a nobreza da terra mas, ao contrário de seu sogro, é natural da ilha e digno representante dos “filhos da Terra” que começam, nessa época, a emergir nos cargos e ofícios de poder no arquipélago.

Almada era comerciante e grande prático das “cousas de Guiné” sobre as quais escreve um famoso tratado³⁵. Pelos serviços prestados ao Rei este filho de Santiago é feito Cavaleiro da Ordem de Cristo apesar do “defeito de sangue”.³⁶

André Alvares foi procurador de comerciantes reinois e castelhanos na costa da Guiné e em Santiago, serviu na Câmara e na Milícia. Em 1580

³² 4 de Julho de 1614, A.H.U., *Cabo Verde, Papeis Avulsos*, cx. 1, doc. 35; 7 de Outubro de 1619, A.H.U., *Cabo Verde, Papeis Avulsos*, cx. 1, doc. 107 e 11 de Outubro de 1619, António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, 2ª série, vol. IV, doc. 160, Agência Geral do Ultramar, Lisboa

³³ 13 de Março de 1559, IAN/TT, Chancelaria D. Sebastião e D. Henrique, Doações, Liv. 1, fls. 278v.-280, D. 2

³⁴ Barcellos, Christiano José de Sena, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, vol. I, parte II, parte I, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Praia, Dezembro 2003, p 278

³⁵ 1594, “Tratado breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde desde o rio Sanaga até aos baixos de Sant’Ana”, In: António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, 2ª série, vol. III, Doc. 92, Agência Geral do Ultramar, Lisboa

³⁶ Era neto de uma mulher preta e filho de uma parda cujo pai foi um nobre e principal da ilha de Santiago. 19 de Agosto de 1598, *Idem*, Doc. 106

foi eleito pelos seus pares para ir ao Reino tratar com o governo de D. Filipe sobre o modo como povoar a Serra Leoa.³⁷ Casou-se duas vezes e seus descendentes representaram nos dois séculos seguintes a elite da terra que o viu nascer.

*
* *

Após a Restauração, Lisboa demonstra cada vez menos interesse pelas ilhas de Cabo Verde e dirige as suas preocupações, meios financeiros e militares para o povoamento, desenvolvimento e defesa do Brasil. Na política ultramarina do Império o arquipélago é segundarizado e votado ao abandono pelo poder central, que por isso não tem um controlo verdadeiro sobre o que se passa nas ilhas, apesar de nomear para as controlar os oficiais régios superiores (governadores e ouvidores gerais).

A terceira elite (que surge na história das ilhas na segunda metade do século XVII)³⁸ é endógena, mestiça— e agora, sim, podemos afirmar com toda a propriedade que se trata de uma elite cabo-verdiana.³⁹

Ela já não é urbana, como as primeiras duas, tem os seus interesses económicos essencialmente enraizados na terra e encontra na ocupação de cargos camarários e na prestação de serviços na milícia a única forma de enobrecimento: são os ditos capitães e coronéis.

³⁷Barcellos, Christiano José de Sena, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, vol. I, parte I, Ob. já cit., p. 145

³⁸ Cabral, Iva, “Política e sociedade: ascensão e queda de uma elite endógena”, in *História Geral de Cabo Verde*. (coord. Maria Emília Madeira Santos), vol. III, Edição conjunta de Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical e do Instituto Nacional de Investigação Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, Lisboa, 2002.

³⁹ Encontramos na documentação reinois que fazem parte da oligarquia santiaguense, mas na maioria das vezes tornam-se seus membros através de casamentos com as filhas da nobreza da terra, que dessa forma tentam branquear as descendências.

Esta elite era composta pelos chamados “brancos da terra” (maioritariamente mulatos e pretos)⁴⁰: grandes proprietários rurais que, com o desvio definitivo do tráfico de escravos, voltaram-se para o interior da ilha, onde adquiriam rendas advindas da exploração da terra e da comercialização de produtos agrícolas e manufactureiros aos navios que aí aportavam para fazer aguada.

Assim, os brancos da terra, já não agem activamente no tráfico negreiro como os armadores, nem representam os grandes comerciantes reinois nesse tráfico, como os “filhos da terra”. Eles, agora, apenas abastecem com os produtos das suas fazendas os navios que vêm fazer aguada na ilha e com panos, produto essencial para um bom negócio na Costa da Guiné, os comerciantes estrangeiros que para lá navegam.

Mas, esta elite, como “nobreza da terra” controla todas as instituições do poder local em Santiago: a Câmara, a Milícia e a Misericórdia. Ocupa todos os ofícios de segundo escalão da administração régia e é proprietária de todas as terras produtivas da ilha.

Seus membros foram muitas vezes nomeados para altos cargos militares e da administração (capitães mores de Cacheu, de Bissau, feitores, etc.) no continente fronteiro, desempenhando assim um papel preponderante no início da colonização e exploração colonial da costa africana.

“Os brancos da terra” detiveram, repetidamente, (principalmente no século XVIII) todo o poder administrativo e militar do arquipélago, através dos governos interinos da Câmara.

A sociedade santiaguense dessa época (século XVIII) já não pode ser considerada escravocrata, apesar de sua elite ainda se considerar como

⁴⁰ Ver sobre esse assunto a carta do ouvidor José da Costa Ribeiro datada de 16 de Abril de

tal. Isto porque o número de escravos é cada vez mais escasso e tem cada vez menos peso na produção agrícola.⁴¹

O campesinato, formado pelos chamados vadios⁴², torna-se na camada maioritária da sociedade santiaguense dessa época. Ela era composta principalmente de escravos forros e fugidos que sobreviviam nas encostas das montanhas, longe da cidade da Ribeira Grande e da vila da Praia. Os vadios eram incontrolláveis pelos agentes do poder central (governadores e ouvidores) e representavam um perigo, sempre eminente, para a ordem estabelecida. Perigo esse, que era apenas atenuado pela influência económica e social que sobre eles exerciam os “brancos da terra”.

Os “vadios”, por interesse ou necessidade, foram fundamentais para sedimentação da nova elite dos “brancos da terra”. Isto porque estes últimos eram os únicos intermediários entre essa camada maioritária dos forros, e os oficiais régios vindos do Reino, que não tinham nenhuma possibilidade de controlar essa população dispersa e indómita.⁴³

A elite, militar e terratenente, emprega os vadios como rendeiros, capangas e criados da casa, tecendo, assim, laços de fidelidade e de clientela.

Estas duas camadas endógenas da ilha têm muitas vezes interesses comuns que os unem contra as políticas (principalmente comerciais) oriundas do Reino.

1731, A.H.U., *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 27

⁴¹ Por um recenseamento feito pelo Bispo de Cabo Verde a ilha de Santiago, em 1731, tinha 18.185 habitantes. Desses: 350 indivíduos eram brancos (2%); 2.520 mestiços (14%); 11.941 forros (66%) e apenas 3.274 eram escravos (18%)

⁴² Silva, António Correia e, “Dinâmicas de decomposição e recomposição de espaços e sociedades”: in *História Geral de Cabo Verde* Vol. III, ob. já cit.

⁴³ Santos, Maria Emília Madeira, “Conclusão”, *Idem*

Os “brancos da terra” foram, portanto, os interlocutores privilegiados do poder central, isto porque, apenas eles tinham os meios de controlar os vadios e impedir uma união entre estes últimos e os escravos. União essa que poderia por em perigo a soberania portuguesa nas ilhas. Mas, também, eram eles que lideravam às várias revoltas que percorreram os séculos XVII e XVIII. Os “brancos da terra” confiantes no seu poder, desafiaram várias vezes a política reinol.⁴⁴

Exemplo maior dessa terceira elite é António de Barros Bezerra de Oliveira⁴⁵, cuja avó, Isabel de Barros Bezerra⁴⁶, era descendente do nosso já conhecido André Alvares de Almada.

Seu pai o reinol João Pereira de Carvalho casa-se em Cabo Verde com a mulata Maria de Barros de Oliveira, tornando-se assim num dos homens mais poderosos do arquipélago onde serviu na milícia, chegando ao posto de coronel e capitão-mor da vila da Praia. Foi oficial da Câmara (juiz e vereador), governador interino⁴⁷ e irmão da Santa Casa da Misericórdia.

A fortuna da família é também adquirida na Guiné, já que João Pereira de Carvalho ocupa o cargo de Capitão-mor de Cacheu durante vários anos. Pelos serviços prestados a Coroa, principalmente na costa africana, este coronel recebe o hábito de cavaleiro professo da Ordem de Cristo.

⁴⁴ Ver sobre este assunto: Santos, Maria Emília Madeira, “Escravos e escravocratas, vadios e coronéis ou a crise da sociedade cabo-verdiana nos séculos XVII e XVIII vista a través dos levantamentos”. CEHCA-IICT

⁴⁵ Sobre este homem cabo-verdiano e sua família ver: Iva Cabral, “António de Barros Bezerra de Oliveira o régulo de Santiago”, no prelo.

⁴⁶ Esta santiaguense foi casada com Rodrigo de Oliveira da Fonseca, reinol e governador de Cabo Verde em 1707.

⁴⁷ Em 1725, foi encarregado pelo senado da Câmara do governo das armas de toda a ilha por falecimento do governador António Vieira. ant. de 3 de Junho de 1728, A.H.U., *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 13, doc. 10

António de Barros de Oliveira⁴⁸ ocupou como seu pai, todos os cargos do poder local, já que foi juiz, vereador, provedor da Santa Casa da Misericórdia, capitão, coronel da milícia, ouvidor geral e governador interino do arquipélago.

Grande proprietário rural possuía escravos, mas principalmente uma clientela de vadios fiéis que o transformaram no “régulo de Cabo Verde” e “Príncipe das ilhas”. Numa carta ao governador ele descreve-se como sendo:

“Um dos homens principais da terra por seus pais inteiramente branco e todos foram cavaleiros da ordem de Cristo e serviram os mais importantes postos no militar, cargos na república e alguns foram governadores e muitos capitães-mores de Cacheu e Bissau”.⁴⁹

Era também apelidado de “rei da ilha” e segundo o governador Juzarte de Santa Maria era “branco como os do Reino e não como os desta ilha que têm este nome de brancos e não o são”.⁵⁰

Este homem cabo-verdiano do século XVIII foi acusado de conluio na morte do ouvidor geral de Cabo Verde, preso, levado para o Reino, condenado a que com baraço e pregão fosse levado arrastado atado à cauda de um cavalo pelas ruas de Lisboa, conduzido até ao Rossio até a força e que aí lhe fosse cortada a cabeça e levada para a vila da Praia onde ficaria exposta até que o tempo a consumisse⁵¹.

⁴⁸ Nasceu em 1726

⁴⁹ 16 de Dezembro de 1755, A.H.U., *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 25, doc. 57

⁵⁰ 123 de Setembro de 1749, A.H.U., *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 22, doc. 8

⁵¹ 18 de Dezembro de 1764, A.H.U., *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 28, doc. 48

Collecção das Leys, Decretos e Alvarás..., vol. II (1760-1769), p. 399: “Sentença proferida na Caza da Supplicação, contra os réos comprehendidos na devaça, que Sua Magestade Fidelissima mandou tirar pela morte do Bacharel João Vieira de Andrade, sendo Ouvidor nas Ilhas de Cabo Verde, Lisboa, MDCCLXIV”. Ver *supra* 184, 246, 260, 267, 269, 300, 333, 336, 339, 363.

Esta foi a advertência trágica que o Marques de Pombal fez aos “Branços da Terra” da ilha de Santiago para que deixassem de ter desejos de autonomia e para que cessassem com os actos de rebeldia e levantamentos contra os representantes do poder central português.

Conclusão

A sociedade santiaguense chega ao final do século XVIII, com uma população quase totalmente endógena: a elite/brancos da Terra (mulatos e, as vezes, pretos) e o campesinato/vadios e os escravos crioulos.

Com o fortalecimento das duas camadas sociais livres – os vadios/campesinato e os brancos da terra/elite – a sociedade santiaguense adquire as forças necessárias que lhe possibilitaram sobreviver às adversidades climáticas e económicas, desenvolver-se e renovar-se socialmente sem necessidade de novas levas populacionais vindas de fora.

Pode-se afirmar que a nação cabo-verdiana nasce no século XVIII após longos séculos de uma gesta que começou na primeira capital de Cabo Verde – a Ribeira Grande, actual Cidade Velha.